



RURALIDADE(S), CAMPESINATO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA EXTENSÃO POPULAR

Julio Cesar Pereira Monerat*

RESUMO

Nosso propósito no presente texto é contribuir para o debate sobre a relação entre ruralidade e extensão popular. O artigo desdobra-se com um duplo objetivo: primeiramente, realizar um brevíssimo apanhado sobre conceitos relacionados ao rural, à(s) ruralidade(s), ao campo e ao campesinato. Isso se deve ao fato de termos desenvolvido práticas de extensão popular ao longo dos últimos tempos – prioritária, mas não exclusivamente - no meio rural. Um segundo objetivo refere-se à discussão sobre a relação estabelecida entre sujeito e “objeto/sujeito” no processo de elaboração daqueles conceitos, ou seja, na produção de um conhecimento no âmbito de uma extensão popular. O desenvolvimento do texto foi realizado de modo que a caracterização do rural, da(s) ruralidade(s), do campo e do campesinato fossem num crescendo de *complexidade*. Partimos, portanto, de análises em que a relação de um desses conceitos - ou mais de um deles - fosse tal que nos tornasse possível defini-lo como *linear* para, na sequência, irmos apresentando aquelas reflexões em que aqueles mesmos conceitos ganhariam em complexidade. A complexidade da conceituação desenvolvida não se deveu apenas a um suposto apuramento na construção do conhecimento por parte dos pesquisadores que se debruçaram sobre o tema em questão, mas sim pelo *papel de sujeito de conhecimento que passou a ser reconhecido naqueles que antes eram entendidos como meros objetos de pesquisa*. Dessa forma, acabamos por atingir o segundo objetivo proposto no início deste texto que é a discussão sobre os papéis desempenhados por sujeito e objeto/sujeito do conhecimento. Somente quando o objeto deixou de ser mero objeto é que o conhecimento pôde aflorar em sua riqueza de um conhecimento coletivamente construído. Tal consideração não nos leva a desconhecer os diferentes papéis dos também diferentes sujeitos do conhecimento. Tratando-se mais especificamente da produção de conhecimento na extensão popular, dois elementos se apresentam como fundamentais em nosso entendimento: a) o protagonismo dos sujeitos participantes; b) uma visão crítica e problematizadora decorrente da metodologia da educação popular capaz de garantir sua potencialidade crítica, na qual cabe ao conhecimento acadêmico problematizar tanto o conhecimento popular quanto seu próprio conhecimento, além de estar aberto às críticas advindas do conhecimento popular com relação ao conhecimento acadêmico. Não há assim uma mera transferência de informações, mas sim sua construção coletiva e dialógica, posto que calcada em relações horizontais em que os sujeitos participantes reconhecem suas diferenças sem que isso represente o estabelecimento de uma hierarquia de saberes. Sabendo dos diferentes papéis, bem como da novidade que cada um dos polos da relação entre sujeitos do conhecimento

* Doutorado em Serviço Social (UERJ). Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Muriaé, MG. Contato: julio.monerat@gmail.com.

representa para o outro, é preciso que ambos adotem uma atitude que favoreça a mútua problematização por parte de ambos para que a extensão seja efetivamente popular.

Palavras-chave: Rural. Campesinato. Extensão popular. Conhecimento.

RURALITY(IES), PEASANTRY, AND KNOWLEDGE CONSTRUCTION IN EXTRA-CURRICULAR PROJECTS

ABSTRACT

Our purpose in this text is to contribute to the debate about the relationship between rurality and extra-curricular university projects. The article has a double objective: first, to make a very brief survey on concepts related to the rural, the rurality(ies), the countryside, and the peasantry. This is because practices of popular extra-curricular activities were developed - mainly, but not exclusively - in rural areas. A second objective is related to the discussion about the established relation between subject and "object/subject" in the process of concept elaboration, that is, the production of knowledge within this context. Text development was done in a sense in which the characterization of the rural, the rurality(ies), the field, and the peasantry were in a crescendo complexity. This article starts by considering the relation of one - or more - of these concepts in a linear way. Then, reflections are made as these concepts become more complex. The conceptualization complexity was not only due to a supposed qualification in the construction of knowledge by the researchers who dealt with the subjects in question but also by the subjects' role of knowledge, that came to be recognized in those who were formerly understood as mere objects. In this way, the second objective proposed at the beginning of this text is reached: the discussion about the roles played by subject and object/subject of knowledge. Only when the object ceased to be a mere object can knowledge emerge as collectively constructed. Such a consideration does not lead us to ignore the subjects' different roles. In dealing more specifically with knowledge production in extra-curricular activities, two elements are fundamental: a) the participants' protagonism; b) a critical and problematizing view resulting from the methodology of popular education capable of guaranteeing its critical potential, where it is up to academic knowledge to problematize both popular knowledge and its knowledge, as well as being open to criticism. There is thus not a mere transfer of information, but its collective and dialogical construction since it is based on horizontal relations in which the participating subjects recognize their differences without representing the establishment of a "knowledge hierarchy". Different subject roles, as well as the novelty that each of the relationships between the subjects of knowledge represents for the participants, show the necessity to adopt an attitude that favors mutual problematization so that the extra-curricular activity is effectively popular.

Keywords: Rural. Peasantry. Extra-curricular project. Knowledge.

RURALIDAD(ES), CAMPESINADO Y LA CONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO EN LA EXTENSIÓN POPULAR

RESUMEN

Nuestro propósito en el presente texto es contribuir al debate sobre la relación entre la ruralidad y la extensión popular. El artículo se desdobra en un doble objetivo: primero, realizar un brevísimo atrapado sobre conceptos relacionados al rural, a la (s) ruralidad (s), al campo y al campesinado. Esto se debe a que hemos desarrollado prácticas de extensión popular a lo largo de los últimos tiempos - prioritaria, pero no exclusivamente - en el medio rural. Un segundo objetivo se refiere a la discusión sobre la relación establecida entre sujeto y "objeto / sujeto" en el proceso de elaboración de aquellos conceptos, o sea, en la producción de un conocimiento en el ámbito de una extensión popular. El desarrollo del texto se hizo en un sentido en que la caracterización del rural, de la (s) ruralidad (s), del campo y del campesinado fuese en un crecimiento de complejidad. Partimos, por lo tanto, de análisis en que la relación de uno de esos conceptos -o más de uno de ellos- se hacía de una manera que identificamos como lineal para, en consecuencia, ir presentando aquellas reflexiones en que esos mismos conceptos ganan en complejidad. La complejidad de la concepción desarrollada no se debió sólo a una supuesta constatación en la construcción del conocimiento por parte de los investigadores que se inclinaron sobre el tema en cuestión, sino por el papel de sujeto de conocimiento que pasó a ser reconocido en aquellos que antes eran entendidos como meros objetos de búsqueda. De esta forma, acabamos por alcanzar el segundo objetivo propuesto al inicio de ese texto que es la discusión sobre los papeles desempeñados por sujeto y objeto / sujeto del conocimiento. Sólo cuando el objeto dejó de ser mero objeto es que el conocimiento pudo aflorar en su riqueza de un conocimiento colectivamente construido. Tal consideración no nos lleva a desconocer los diferentes papeles de los diferentes sujetos del conocimiento. Tratando más específicamente de la producción de conocimiento en la extensión popular, dos elementos son fundamentales en nuestro entendimiento: a) el protagonismo de los sujetos participantes; b) una visión crítica y problematizadora derivada de la metodología de la educación popular capaz de garantizar su potencialidad crítica, donde corresponde al conocimiento académico problematizar tanto el conocimiento popular como su propio conocimiento, además de estar abierto a las críticas provenientes del conocimiento popular con relación al conocimiento académico. No hay una mera transferencia de informaciones, sino su construcción colectiva y dialógica, puesto que calcada en relaciones horizontales en que los sujetos participantes reconocen sus diferencias sin que ello represente el establecimiento de una jerarquía de saberes. Sabiendo de los diferentes papeles, así como de la novedad que cada uno de los polos de la relación entre sujetos del conocimiento representa para el otro, es necesario adoptar una actitud que favorezca la mutua problematización por parte de ambos para que la extensión sea efectivamente popular.

Palabras clave: Rural. Campesinado. Extensión popular. Conocimiento.

INTRODUÇÃO

Nosso propósito no presente texto é contribuir para o debate sobre a relação entre ruralidade e extensão popular. Para atingir tal propósito esse artigo desdobra-se com um duplo objetivo: primeiramente, realizar um brevíssimo apanhado sobre conceitos relacionados ao rural, à(s) ruralidade(s), ao campo e ao campesinato. Isso se deve ao fato de termos desenvolvido práticas de extensão popular ao longo dos últimos tempos – prioritária, mas não exclusivamente - no meio rural. Um segundo objetivo refere-se à

discussão sobre a relação estabelecida entre sujeito e “objeto/sujeito” no processo de elaboração daqueles conceitos, ou seja, na produção de um conhecimento no âmbito de uma extensão popular. Devemos enfatizar dois elementos com relação a esse segundo objetivo: o uso da dupla “objeto/sujeito” diz respeito a diferentes perspectivas ou ênfases que aqueles que pretendem a construção do conhecimento podem estabelecer com o grupo social envolvido nas ações de extensão. Num primeiro sentido, o grupo pode ser tratado como um *mero objeto* num sentido que, com risco de simplificação, constitui-se uma forma de conhecimento que definimos como *moderna*, ou seja, como aquela “tentativa” de entender sujeito e objeto da extensão não somente como separados, mas cabendo ao primeiro o papel ativo da relação.

Num sentido oposto a esse, a referência à condição de “sujeito” de conhecimento coloca o grupo social na condição de co-participante da construção daqueles conceitos e ações a serem desenvolvidas e que se referem a ele mesmo – uma relação entre sujeito e sujeito reconhecida a ambos os polos –, naquilo que consideramos, também de modo simplificado, como uma perspectiva de extensão *dialógica* que, por sua vez, desdobra-se num conhecimento marcado pela *complexidade*. No que diz respeito a essa perspectiva metodológica de produção do conhecimento, recorreremos a Paulo Freire que, tratando do processo educativo como produção de conhecimento, salienta a radicalidade que é para o educando dizer sua própria palavra – sua própria representação. Incorporando ação e reflexão, a palavra do educando corporifica-se como *práxis*.

Certamente, nessa primeira aproximação estamos desconsiderando as nuances e contradições que só podem ser verificadas em cada prática/relação de extensão concreta - o que pretendemos não desconsiderar no decorrer do texto -, além dos papéis diferenciados que cada um dos polos exerce na relação, ainda que seja uma relação não-hierárquica. Por fim, mas não menos importante, é necessário destacar que ambos os objetivos aqui propostos se reforçam mutuamente, posto que os conhecimentos deles decorrentes desdobram-se em *práxis* extensionista popular e, por isso, voltada à transformação social.

Revisitando algumas definições do rural

Todo mundo tem uma ideia do que é o mundo “rural” na cabeça. Essas ideias certamente são muito variadas e podem ter graus diferentes de profundidade, indo do senso comum até ao do estudioso do tema. Profundidade maior, no entanto, não garante convergência de sentido, já que, também entre especialistas do tema, o rural pode ser definido de múltiplas formas – algumas delas até contraditórias entre si. Sem desconhecer o risco que isso implica, partimos do senso comum para o qual, grosso modo, o rural é caracterizado em oposição ao urbano, que se expressa na dicotomia campo/cidade. Daí que, na definição de rural, sejam privilegiados aspectos como *proximidade à natureza, produção agropecuária, um modo de vida tradicional e um certo atraso*. É preciso não perder de vista que generalizamos bastante aqui essa ideia de rural, mas também não é difícil verificar que, apesar disso, ela pode ser encontrada tanto em um papo informal quanto em publicidades de produtos que, vindos “do rural”, apresentam-se com imagens desse “rural ideal” compartilhado por grande parte da população.

Essa definição genérica do rural também pode ser encontrada em estudiosos do tema, ainda que com um elevado grau de elaboração, o que, ainda assim, não a isenta de um processo conceitual que primeiro estabelece um conceito de rural para, em seguida, tentar identificá-lo na prática ou na pesquisa. Ou seja, do senso comum aos especialistas,

em grande parte das vezes, a definição de rural é *estabelecida previamente*, sendo carregada de conceitos (ou pré-conceitos) que acabam por impedir a visualização do rural realmente existente - ou melhor, como veremos, dos rurais existentes.

Nesse sentido, como um dos grandes desafios à conceituação do que é o rural pode ser entendido aquilo que acaba se desenvolvendo como construção de uma *alteridade*. Com isso reconhecemos que em diferentes situações o rural é definido como “o outro”, especialmente em relação – ou contraposição – ao que é urbano. Fronteiras sociais e espaciais delimitam o rural e o urbano, a cidade e o campo por suas diferenças e por oposição de um em relação ao outro - ainda que para algumas das caracterizações haja uma continuidade entre ambos. Em diferentes exemplos dessa construção teórica do outro, *o papel de produção do conhecimento certamente não cabe a esse outro*. Ou seja, há um discurso que conceitua esse outro como rural. Mesmo que ainda ocorra o reconhecimento da sociedade rural como parte de uma sociedade global, a ênfase recai na divisão. Como destaca Mendras:

A urbanização e a industrialização conduziram a uma *divisão* entre as duas sociedades; e o camponês sente-se hoje à margem da nação, da qual tem uma imagem truncada. Os cidadãos, por seu lado, mantêm relações cada vez menos frequentes e estreitas com o meio rural, e seus meios de comunicação de massa fornecem uma visão estereotipada e anacrônica. Então, a *distância* que se estabeleceu torna difícil a retomada de contato entre eles ([MENDRAS, 1969](#), p. 53; grifos meus).

Essa *divisão*, conforme entendida por Mendras, tem um polo ativo: é o *habitat* urbano que se “*estende*”; a cultura urbana que se “*difunde*” no meio rural; há uma “urbanização” do modo de vida rural.... enfim, expressões que revelam o papel do urbano *sobre* o rural. A divisão entre ambos, no entanto, tem que ser matizada, já que [Mendras \(1969, p. 58\)](#) identifica e caracteriza quatro tipos de “meios”: i) o centro urbano e ii) seu oposto, as regiões puramente agrícolas, às quais se juntam iii) a zona suburbana, entendida como “aglomerações ‘dormitórios’ que dependem do centro urbano e dos pequenos grupos isolados de agricultores orientados para o abastecimento da cidade”, além dos iv) “pequenos centros urbanos” que fornecem serviços administrativos às regiões agrícolas.

O sentido dado por Mendras à separação entre rural e urbano considera ainda uma distinção - à qual ele dará grande ênfase - entre o *camponês tradicional* e o *agricultor*. Para ele,

É evidente que o camponês tradicional para quem a agricultura era um estado, um gênero de vida e não um ofício ou uma profissão está em processo de *desaparecimento*. Nas sociedades ocidentais, o agricultor tende a uma mentalidade “capitalista”, e a agricultura é uma atividade econômica como outras ([MENDRAS, 1969](#), p. 59; grifos meus).

Seguindo por essa trilha interpretativa acaba-se chegando à dissociação entre o rural e o agrícola indicada pela afirmação de que há “uma distinção fundamental entre o camponês tradicional e o agricultor tal como aparece nas regiões mais evoluídas. Existem aí dois tipos de homens que correspondem a duas sociedades diferentes” ([MENDRAS, 1969, p. 59](#)). Com a consolidação das relações capitalistas, estaríamos, então, diante do desaparecimento do campesinato, que representaria uma sociedade diferente também

em vias de desaparecer. Com o desaparecimento do rural restaria apenas o agricultor enquanto parte da divisão social do trabalho.

Uma interpretação que também faz distinção entre a ruralidade e as atividades agrícolas pode ser encontrada em José Eli da [Veiga \(2006\)](#) para quem, nesse debate, há tradicionalmente o predomínio de duas hipóteses sobre o destino da ruralidade: de um lado, a *completa urbanização*, cuja referência é Henri Lefebvre, e, do outro lado, o *renascimento*, defendido por Bernard Kayser. No entanto, Veiga ressalta que, decorridos mais de trinta anos da apresentação dessas propostas, o rural nos países centrais não desapareceu, tampouco renasceu, o que legitima, segundo o autor, a opção por uma terceira hipótese: o nascimento de uma *nova ruralidade*. Essa nova ruralidade seria resultado de três vetores fundamentais: aproveitamento das amenidades naturais, que se relacionam ao turismo, à segunda moradia, ao lazer; a conservação da biodiversidade e suas repercussões paisagísticas; e a busca pela utilização de energias renováveis.

Para Veiga, a *nova ruralidade* pouco se parece com as relações que, em tempos pretéritos, desenvolveu-se no território. Daí que ela não esteja *renascendo*, mas sim que estejamos diante do *nascimento de uma nova ruralidade*. Seu nascimento pode ser relacionado ao aumento da mobilidade entre campo e cidade e, conseqüentemente, verificado nas relações que se estabelecem entre ambos. Também a globalização impacta de forma cruzada os destinos das áreas rurais, estabelecendo novas hierarquias regionais, ao passo que sua dimensão ambiental é capaz de valorar positivamente as amenidades naturais, as fontes de energia e a biodiversidade, o que, em ação simultânea, gera tanto a valorização do rural remoto, quanto o desenvolvimento de combinações socioeconômicas inéditas no rural próximo. Todo esse processo é responsável por um dinamismo rural nas sociedades avançadas – cuja opulência as distingue das ruralidades do passado – que se verifica em “atividades voltadas a segundas residências, aposentados, esportistas radicais, congressistas, turistas e estudantes. E o que mais gera emprego são arranjos locais de saúde, cultura, educação, esportes e inúmeros outros tipos de recreação ou turismo” ([VEIGA, 2006](#), p. 334).

Ideia-chave defendida e identificada por Veiga como vetores que sustentam a terceira hipótese é que:

Uma das mais importantes é a ideia de que a dimensão ambiental da globalização age para tornar as áreas rurais cada vez mais valiosas à qualidade da vida, ou ao bem-estar, pela ação de uma espécie de trindade: 1) conservação do patrimônio natural, 2) aproveitamento econômico das decorrentes amenidades, e 3) exploração de novas fontes de energia ([VEIGA, 2006](#), p. 335; numeração dos vetores adicionada por mim).

A análise em separado dos vetores, no entanto, não pode obscurecer a potencialidade conflitiva da combinação de alguns deles, como é o caso dos conflitos decorrentes da expansão da energia eólica e suas conseqüências paisagísticas para o turismo rural. Ou mesmo a própria saturação decorrente da intensificação de um determinado vetor, como é o caso do turismo rural, cuja intensificação tem conseqüências para a população local – ressentimento, queda demográfica – e para os turistas que buscam autenticidade – que tendem a negligenciar locais superexplorados. A saturação turística tem ainda impactos na erosão da biodiversidade, decorrente, em grande parte da segunda residência, cuja construção nem sempre atende à legislação que versa sobre as áreas protegidas. Juntem-se a essas situações conflitivas aquelas decorrentes da Política Agrícola Europeia (PAC) e suas subvenções que acabam por favorecer os monocultivos,

o que impacta diretamente as amenidades turísticas. Enfim, são essas contradições que Veiga resume:

Ou seja, mesmo que os três vetores confirmem o inequívoco nascimento de uma outra ruralidade, não se deve, pois seria muito ingênuo, supor que elas formem um tripé convergente. Ao contrário, este início do século XXI pode revelar também o surgimento de uma espécie de nova conflitualidade em territórios rurais de regiões das mais modernas dos países centrais (VEIGA, 2006, p. 338).

Enfim, Veiga enfatiza que os elementos da nova ruralidade só podem existir nas condições de grande prosperidade socioeconômica, capazes de impulsionar os três vetores já citados. Diferenciando a terceira hipótese por ele defendida daquelas outras, Veiga enfatiza: “Daí a necessidade de destacar que o fenômeno da nova ruralidade não corresponde aos dois primeiros tipos de oposições dialéticas contidos respectivamente nas hipóteses de Lefebvre (antagônica) e Kayser (ondulatória), e sim ao terceiro tipo, de caráter embriológico” (VEIGA, 2006, p. 348). O que o leva a sintetizar:

Até finais do século XX, a dinâmica das regiões rurais dos países que mais se desenvolveram foi determinada por atividades produtivas do setor primário cuja viabilidade sempre foi dependente da exportação para mercados essencialmente localizados em cidades. E a força de trabalho que se tornava redundante com o aumento da produtividade também tinha destino urbano. *A partir de certo patamar crítico atingido por esse processo, surge em parte dessas regiões rurais uma dinâmica que passa a ser determinada por mercados que respondem a novas formas de consumo* (VEIGA, 2006, p. 348, grifo meu).

Para Veiga, a distinção entre os sistemas urbano e rural deve, então, ser buscada no grau de artificialização dos ecossistemas. Na sequência ele conclui que “é por isso que em vez da revolução urbana, profetizada por Lefebvre, ou do renascimento rural, preferido por Kayser, o que se testemunha neste início do século XXI é o nascimento de outra ruralidade” (VEIGA, 2006, p. 348). Uma nova ruralidade que, no entender de Veiga, é nova, por trazer a marca de uma *mutação*, e não somente a recriação de um passado.

Para nós, importa salientar criticamente em relação a Veiga, desde já, que nos processos biológicos e nas dinâmicas históricas, *a novidade faz parte de uma processualidade*. Ou seja, as mutações acontecem sob uma configuração genética prévia, bem como a novidade histórica não se faz apartada do contexto histórico em que ela ocorre. Desconsiderar o contexto para caracterizar a mutação da forma proposta por Veiga é desconhecer tanto os processos biológicos quanto os históricos.

Uma breve análise das definições de rural

É preciso enfatizar a importância da superação de estudos lineares relativos ao rural para que não se perca a complexidade das dinâmicas sociais concretas. Mais do que isso, essa ênfase é fundamental para que a pesquisa não acabe por se tornar uma mera aplicação de modelos prévios com vistas a serem confirmados. Principalmente quando se verifica que muitas das definições de rural estão voltadas a uma intenção ou possibilidade de desdobramento em uma determinada prática. Assim, nesses temas o debate pode se vincular ao estabelecimento de ações políticas, que no caso do rural, também de uma forma bastante genérica, acabam por discutir seu *desenvolvimento*. Afinal – e aqui até podemos notar uma coerência –, se o rural genérico é entendido como

lugar do atraso, nada mais lógico, dentro dessa abordagem, que desdobrar seu debate para o chamado “desenvolvimento rural”. Frisemos: dentro dessa abordagem.

Nesse sentido, mais uma vez estamos diante da repetição da dicotomia rural/urbano, porém, enquadrando ambos os polos em uma *escala de desenvolvimento*, onde à cidade cabe o ponto hierarquicamente superior. Como agravante temos a incorporação a um tema de difícil caracterização – que é o rural – de outro que também dificilmente conta com consensos, que é o tema do desenvolvimento. Vinculando-se desenvolvimento e cidadania, o desenvolvimento rural acaba sendo entendido em muitos casos no dilema de “como levar a cidadania ao mundo rural”. Cidadania essa definida como acesso aos serviços básicos que teoricamente são acessíveis aos habitantes urbanos: saúde, educação, moradia etc. Está claro que esse debate assim posto abre a possibilidade de se discutir a própria cidade – e a cidadania -, já que, na realidade brasileira, tais direitos não são garantidos à grande parte de seus habitantes, o que não nos ajuda muito no desafio de definir o rural e seu desenvolvimento.

Diante das dificuldades de definição do rural, algumas possibilidades apresentam-se para quem pretende a construção de um conhecimento acadêmico. Por mais paradoxal que seja, a primeira delas, obviamente, é não tentar definir o rural, escapando pela tangente. Dessa forma, tratamos nosso tema rural ainda que sem defini-lo explicitamente. Além do logro autoimposto que essa posição implica, ela carrega outro grave problema, que é deixar a definição de rural ser feita por quem recebe o conhecimento acadêmico, ou seja, por quem nos lê. Se estivermos corretos naquilo que apresentamos acima, ao realizar essa definição própria de rural o nosso leitor estará incorrendo no risco de repetir as “definições” de rural cujos problemas já apontamos: o rural previamente definido como contato com a natureza, o atraso etc. Enfim, não é muito intelectualmente honesta uma postura assim por parte de quem produz conhecimento acadêmico.

Uma outra possibilidade é não definir propriamente o rural e estabelecer outra categoria para substituí-lo, como, por exemplo, o território. Certamente deve ser uma definição de território que não carregue o adjetivo “rural”, pois dessa forma os problemas apenas estariam sendo retomados em outro patamar. Mesmo assim, acreditamos que o problema persistiria com outros elementos. Afinal, definir “território” também não é tarefa fácil, o que pode ser verificado por suas variadíssimas acepções em vigor também do senso comum à academia. Mais do que isso, mesmo que não explicitada, a caracterização de um dado território como rural ou urbano pode acabar traiçoeiramente perpassando o conhecimento produzido, principalmente quando o desdobramento do conhecimento em ações políticas específicas – particularmente aquelas voltadas ao desenvolvimento – que devem necessariamente adequar-se ao contexto local em que serão aplicadas. Ou seja, aqui também as dificuldades permanecem, ainda que como possibilidade.

Certamente, mais fácil seria, finalmente, aceitar o fim do mundo rural, mais especificamente na fórmula de fim do campesinato ([LENIN, 1982](#)). Fim esse que, para variar, também tem fórmulas variadas, mas cujo eixo comum pode ser definido como a *decomposição do campesinato*. Assim sendo, o antigo camponês se encontraria diante de uma dupla possibilidade: a) empobrecer-se de tal forma a não mais poder manter-se na condição camponesa e, conseqüentemente, proletarizar-se no campo ou na cidade e, como segunda opção, b) esse camponês poderia ascender socialmente modernizando-se como agricultor familiar. A história tem tratado de desmentir a primeira das possibilidades na medida em que o fim inexorável do campesinato não se concretizou, ainda que isso

tenha sido concretamente vivenciado por muitas famílias camponesas ([FERNANDES, 2013](#); [OLIVEIRA, 2001](#); [PAULINO, 2006](#)). Com relação à segunda possibilidade é que precisamos ir com calma para sua compreensão. Afinal, o que seria esse agricultor familiar “moderno”, especialmente no que se contrapõe àquilo que estaria sendo considerado anteriormente como rural? Seria esse um rural “atrasado” em contraposição à modernidade do agricultor familiar? Voltamos às interpretações marcadas pela linearidade do pensamento? Estamos andando em círculos?

Um necessário cuidado a se tomar nesse caso é reconhecer que não podemos trocar um modelo idealizado de rural atrasado por outro modernizado. Para isso é preciso reconhecermos duas coisas: primeiro que os ideais não existem efetivamente e, em segundo lugar, que a dimensão temporal não nos permite “congelar” qualquer das definições de rural. Ou seja, o que é rural hoje tem que necessariamente ser diferente do que já fora há algum tempo atrás. As relações que se estabelecem seja com outros rurais, seja com a cidade são sempre perpassadas pela temporalidade. Nesse entendimento estamos tão somente chamando atenção para a temporalidade cuja dinâmica integra: a) o tempo das co-existências, ou seja, o campo em que se dão as múltiplas relações entre os sujeitos sociais no presente; e b) o tempo histórico, que é aquele que liga o presente ao passado e também ao futuro ([SAQUET, 2011](#)).

A consequência dessa preocupação com a temporalidade nos previne contra uma possível “novidade” de um “novo rural”. Explicamo-nos melhor: diante das modificações verificáveis no rural no tempo presente, há autores que defendem que estamos diante de um “novo” mundo rural ou de uma nova ruralidade. Ora, só fica caracterizando com “novo” quem desconhece que a vida é permanente devir, movimento, colocação do novo a cada momento. O novo sempre vem. O tempo todo. Há ainda aquelas interpretações que consideram esse novo rural como uma *emergência*, no sentido daquilo que não faz referência a nada que possa ter havido antes ([VEIGA, 2006](#)). Ora, a temporalidade tal qual a entendemos aqui é justamente esse complexo resultado dos que já foram e que, por terem-se relacionado nos tempos idos com outros que também já foram, são hoje diferentes do que eram, como também o são aqueles com quem hoje eles se relacionam. Enfim, simplesmente é preciso não desconhecemos a *historicidade do rural*. Um exemplo de uma novidade nem um pouco nova é considerar a pluriatividade como fenômeno tão somente do tempo presente, desconhecendo o passado pluriativo dos camponeses.

Se por um lado é bastante fácil concordar em reconhecer a importância da dinâmica do tempo histórico (a letra “b” do parágrafo mais acima) e que, portanto, o rural de hoje será necessariamente diferente do rural de ontem, é preciso estar atento ao que chamamos de tempo das co-existências (a letra “a” do mesmo parágrafo), que é justamente o tempo das relações no presente. O que nos leva ao desafio de definir quem são esses sujeitos sociais que se relacionam entre si em um determinado presente.

Elemento indispensável para um enfrentamento adequado desse desafio é não “trazer na manga” uma definição prévia desse sujeito a ser identificado. Para isso aquele que pretende conhecer tal sujeito deve ser capaz de perceber a *identidade própria desse sujeito*. Ou seja, é preciso ouvir o que tal sujeito diz de si próprio. Mas é uma escuta dinâmica que, ao problematizar ([FREIRE, 1981](#)) aquela identidade apresentada pelo sujeito, objetiva auscultá-la em profundidade para apreendê-la naquelas dimensões da temporalidade já elencadas. Mais do que isso: para verificar suas contradições, posto que são justamente as contradições que inserem os sujeitos sociais em um permanente devir. Contradições internas e externas. E é isso que mantém nosso foco no tempo das co-existências.

Aprofundando um pouco mais podemos verificar que o tempo das co-existências é marcado por uma dimensão espacial. Não um espaço fisicamente demarcado, mas sim um *espaço relacional* (SAQUET, 2011). Assim sendo, vamos verificando que as co-existências conectam espaços variados e mesmo fisicamente descontínuos. Essa conexão só é possível se existe uma identidade própria que se relaciona com identidades outras. Juntando, portanto, a perspectiva identitária com a espacial, chegamos ao conceito de *localidade*. Ou seja, localidade é aquela forma identitária do sujeito que se relaciona com outras identidades/localidades em um espaço que é relacional. O fato de um indivíduo de determinado grupo identitário afastar-se de sua base de espaço físico não o faz perder sua identidade. Ela tão somente passa a estabelecer outras relações que farão parte da história pessoal daquele indivíduo. Quando do retorno desse indivíduo ao espaço físico de origem, haverá a possibilidade de novas conexões. Em ambas as situações, estamos diante da complexificação do tempo das co-existências.

Situações mais dramáticas podem ser vivenciadas por determinada localidade quando ela se encontra frente à possibilidade de perda permanente da base material que também faz parte de sua identidade. É que um entendimento relacional do espaço não nos permite esquecer a importância dos elementos materiais que também necessariamente o compõem. Assim é que a perda do espaço físico de um grupo social ameaçado pela construção de grandes projetos, por exemplo, pode constituir-se em um desafio à identidade do grupo, seja fortalecendo-a seja destruindo-a. Enfim, *agrupando elementos materiais e simbólicos a localidade é justamente essa identidade que se dá no tempo das co-existências pelo estabelecimento de relações que se dão por meio de redes em um espaço relacional, seja de colaboração seja conflito, perpassado pelo tempo histórico.*

Tendo em vista essa ideia de localidade, como podemos voltar a refletir sobre o rural? Basta substituir o termo “rural” por “local”? Não, não se trata de substituição, mas sim do reconhecimento de que as múltiplas localidades carregam diferenças e especificidades, dentre elas aquelas que levam determinados sujeitos sociais a identificarem-se como rurais. Em vista, pois, da multiplicidade de identidades rurais, mais adequado é, então, referir-se a *ruralidades*, abandonando de vez a ideia de um rural ideal previamente definido.

Ao optarmos pelo uso de “ruralidades”, mais do que reconhecer sua diversidade estamos considerando o papel do sujeito social estudado em sua própria construção como sujeito. O conhecimento produzido nessa relação entre também diferentes sujeitos sociais – por exemplo, a academia e movimento social – reconhece as especificidades de cada um dos sujeitos, mas o faz sem hierarquias, constituindo-se em *troca de saberes*. Só assim se pode verificar a intimidade empírica de determinada ruralidade.

O entendimento das ruralidades como projeto identitário forjado pelos próprios sujeitos sociais tem rebatimento na ideia de desenvolvimento. É que, se as prévias e ideais definições de rural vinham carregadas de um modelo de desenvolvimento específico de modernização, com o reconhecimento do papel dos sujeitos na sua identidade, vem junto o reconhecimento de seus papéis na definição daquilo que eles entendem, ou querem, como desenvolvimento. Não há possibilidade de “pacotes” e “modelos” a serem assimilados, mas sim construção coletiva de conhecimento e, conseqüentemente, daquilo que se entende por desenvolvimento.

Paradoxalmente, essa diversidade identitária que o uso da categoria ruralidades no plural nos possibilita aponta também para seu oposto. É que, sem abrir mão da diversidade, movimentos sociais têm buscado elementos comuns que lhes possibilitem,

em dadas situações, estabelecer uma identidade comum. Isso se dá não só, mas especialmente, no enfrentamento de situações sociais conflituosas. Assim é que diferentes identidades camponesas, por exemplo, reforçam elementos comuns e se unem internacionalmente num movimento como a Via Campesina para enfrentar o agronegócio, por exemplo. O que nos leva, enfim, ao necessário recurso à dialética que nos possibilita ver a diversidade e a unidade convivendo contraditória e complexamente ([TONET, 2013](#)).

É também o recurso à dialética que nos possibilita o trânsito entre aquilo que havemos de definir como *diferentes escalas narrativas*. O abandono das metanarrativas históricas que tornavam opacas ou mesmo invisíveis aquelas múltiplas localidades não pode perder de vista a metanarrativa posta pelo movimento de valorização do capital sob risco de tornar-se uma *história em migalhas*. Essa metanarrativa da reprodução ampliada do capital atinge de forma diferenciada o rural e o urbano entendidos em suas diversas localidades, mas preservando seu caráter fundamentalmente incontrolável ([MÉSZÁROS, 2002](#)) que tende a dominar combinada e contraditoriamente aquelas localidades, articulando-as a seu processo expansivo. Assim sendo, frente à avassaladora dinâmica do capital de privatização da natureza, dos meios de produção e reprodução da vida e também dos saberes podemos verificar uma “contra-metanarrativa” articulando-se num conjunto unificado de diferentes localidades com o objetivo de resistir coletivamente.

Nem a resistência nem o caráter expansivo do capital são novidades contemporâneas, visto que já colocavam em polos opostos sujeitos sociais desde os cercamentos dos campos e das leis sobre furto da madeira, dentre outras situações, mas hoje a possibilidade de privatização da natureza e dos saberes a ela relacionados assume proporções absurdas em razão do aparato tecnológico disponível ao capital ([BENSAÏD, 2017](#)).

É nesse sentido que há uma exigência urgente posta aos que ousam resistir ao avanço do capital: se é certo que as identidades se constituíram tendo por fundamento uma temporalidade histórica elaborada num tempo pretérito, por outro lado há que se considerar que o mero apego saudosista a esse passado identitário não é, por si só, capaz de enfrentar os desafios colocados pelo tempo presente. Ou seja, estamos aqui também diante de um apelo para que a resistência não cometa os erros de um “congelamento” temporal das identidades, mas que articule o tempo das co-existências – marcado, nesse caso, pelo conflito em andamento - e o tempo histórico, sendo esse em uma perspectiva que não deixe de considerar sua dimensão futura. Longe de saudosismos identitários, as contradições que se agudizam no tempo presente exigem ousadia para se pensar um futuro para além do capital. Afinal, não se pode perder de vista que é justamente a valorização do capital que, mesmo combinando de forma contraditória diferentes realidades locais, uniformiza toda diferença na troca de mercadorias. Sendo assim, a produção mercantil é aquele horizonte em que diferentes trabalhos e localidades tornam-se equivalentes, destituindo-se de toda a riqueza e complexidade que possuem em suas diversidades. Somente a superação da lógica mercantil pode possibilitar o florescimento da plena diversidade. Essa é uma aposta para o futuro.

Amarrando os pontos

Como proposto no início, o desenvolvimento do texto se fez num sentido em que a caracterização do rural, da(s) ruralidade(s), do campo e do campesinato fossem num crescendo de *complexidade*. Partimos, portanto, de análises em que a relação de um

desses conceitos – ou mais de um deles - se fazia de uma maneira que definimos como *linear* para, na sequência, irmos apresentando aquelas reflexões em que aqueles mesmos conceitos ganhavam em complexidade. Acreditamos que a apresentação dos textos estudados nessa sequência contribuiu efetivamente para estabelecermos os conceitos apontados como primeiro objetivo deste breve texto, já que partimos de interpretações lineares que mais buscavam enquadrar o objeto da pesquisa em um molde prévio em direção aos textos marcados por uma crescente complexidade decorrente do encontro com o sujeito estudado.

No entanto, queremos chamar a atenção para o fato de que a complexidade da conceitualização desenvolvida não se deveu apenas a um suposto apuramento na construção do conhecimento por parte dos pesquisadores que se debruçaram sobre o tema em questão, mas sim pelo *papel de sujeito de conhecimento que passou a ser reconhecido naqueles que antes eram entendidos como meros objetos de pesquisa*. Ou seja, quando o próprio rural – na figura do camponês em suas múltiplas formas – deixou de ser apenas um objeto inerte para poder externar sua complexidade, daí também que o conhecimento produzido pôde tornar-se também complexo. Nesse momento ele deixou de ser enquadrado em esquemas previamente estabelecidos, o que abriu a possibilidade da construção de um conhecimento em que suas vozes foram ouvidas e a linearidade das interpretações anteriores foi substituída por um emaranhado de relações.

Ao acompanhar a trajetória que nos leva até a produção desse conhecimento que traz a marca da complexidade, acabamos por atingir o segundo objetivo proposto no início deste texto que é a discussão sobre os papéis desempenhados por sujeito e objeto/sujeito do conhecimento. Somente quando o objeto deixou de ser mero objeto é que o conhecimento pôde aflorar como riqueza de um conhecimento coletivamente construído.

Tal consideração não nos leva a desconhecer os diferentes papéis dos também diferentes sujeitos do conhecimento. Tratando mais especificamente da produção de conhecimento na extensão popular, nos damos conta de que dois elementos são fundamentais em nosso entendimento: a) o protagonismo dos sujeitos participantes; b) uma visão crítica e problematizadora decorrente da metodologia da educação popular. Ou seja, uma extensão popular, tal como a entendemos a partir de Paulo [Freire \(1981\)](#), deve possibilitar que os sujeitos participantes tenham garantido seu protagonismo na construção de um conhecimento novo que não deve, por isso mesmo, ser recebido de forma passiva por eles, mas sim reconstruído tendo também por referência seus prévios conhecimentos ([MELO NETO, 2014](#)).

Essa garantia, no entanto, não implica em uma supressão de sua potencialidade crítica, cabendo ao conhecimento acadêmico problematizar tanto o conhecimento popular quanto seu próprio conhecimento, além de estar aberto às críticas advindas do conhecimento popular com relação ao conhecimento acadêmico. Não há assim uma mera transferência de informações, mas sim sua construção coletiva e dialógica, posto que calcada em relações horizontais em que os sujeitos participantes reconhecem suas diferenças sem que isso represente o estabelecimento de uma hierarquia de saberes.

É nesse sentido que somos levados a fundamentar-nos em Paulo Freire com sua indicação sobre a importância da problematização. Expliquemo-nos melhor: ao problematizar um conhecimento, aquele que inicia a problematização não está necessariamente se colocando em uma posição hierárquica diferente do problematizado, mas tão somente colocando à prova um conhecimento estabelecido. Problematizar não implica em necessariamente apresentar um saber diferente daquele problematizado, ainda que isso possa ocorrer, mas desnudar as contradições do conhecimento que está

sob o foco da problematização. Não somente isso, é preciso irmos à raiz do conhecimento que estamos problematizando. De onde vem essa forma de pensar? Qual a sua correspondência com a vida social? Quais as suas consequências para a vida social?

Essas perguntas devem necessariamente ser feitas porque estamos diante de uma prática de extensão popular. Nesse caso, estamos nos referindo a uma forma de conhecimento que se desvencilha das tolas amarras de uma impossível neutralidade para, sem abrir mão da objetividade, conhecer a realidade para transformá-la. Uma extensão que não seja transformadora não pode pleitear ser popular.

É nesse sentido de objetivar a transformação social que o conhecimento da realidade produzido a partir da extensão popular é sim passível de sínteses. Certamente que, como parte da dinâmica social, são sim sínteses provisórias a serem superadas em momento futuro, mas sínteses que tornam possível a ação transformadora.

Sabendo dos diferentes papéis, bem como da novidade que cada um dos polos da relação entre sujeitos do conhecimento representa para o outro, precisamos adotar uma atitude que favoreça à mútua problematização por parte de ambos. Nesse sentido é que Taussig pode nos ser útil, ao discutir os desafios de tradução do desconhecido no conhecido que se coloca ao antropólogo, especialmente quando ele chama a atenção para a *estranheza* tanto do conhecido quanto do desconhecido. Uma estranheza que interpretamos como um necessário distanciamento daqueles que se abrem tanto ao desconhecido quanto mantêm uma permanente abertura diante do conhecido, atitude essa que torna possível a problematização que o extensionista realiza junto ao conhecimento da comunidade parceira, bem como a que a comunidade realiza em relação ao extensionista. É com essa chave de interpretação que o entendemos ao enfatizar a descoberta dos

meios de tradução entre o conhecido e o desconhecido sem subtrair a estranheza do desconhecido e, o que é ainda mais importante, sem ocultar a nós mesmos (ou aos leitores) a estranheza do conhecido, o que consideramos certo sobre nós e nossos modos de vida mais enraizados – tal como a ideia de economia de mercado ([TAUSSIG, 2010](#), p. 11).

As possibilidades de produção de um conhecimento fundado em uma dimensão crítica, bem como na superação das hierarquias é possível, posto que para um polo do conhecimento o outro polo terá alguma dimensão de exotismo, portanto, um certo grau de possibilidade de problematização. É na percepção das diferenças de papéis dos sujeitos da extensão como “estranhezas” que a seguinte afirmação de Taussig deve ser entendida: “A antropologia do estranho e do exótico pode nos ensinar tanto sobre nós e nosso sistema econômico quanto sobre o exótico. Ao tentar explicar o estranho e o desconhecido, não devemos nunca perder de vista quão estranha é nossa realidade” ([TAUSSIG, 2010](#), p. 15). Enfim, é esse estranhamento, positivamente entendido como uma abertura ao novo e em sua mão dupla entre os diferentes sujeitos do conhecimento, que possibilita a construção de conhecimentos compartilhados que se enriquecem mutuamente.

Submetido em 9 jul. 2018
Aceito em 1 abr. 2021

REFERÊNCIAS

[BENSAÏD, D.](#) Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres (Apresentação). In: MARX, K. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 11-74.

[FERNANDES, B. M.](#) Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. 7. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-238.

[FREIRE, P.](#) **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

[LENIN, V.](#) **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

[MELO NETO, J. F.](#) **Extensão popular**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

[MENDRAS, H.](#) Sociologia do meio rural. In: MENDRAS, H.; GURVITCH, G.; COURTIN, P. **Sociologia rural**. São Paulo: Zahar, 1969. p. 41-63.

[MÉSZÁROS, I.](#) **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

[OLIVEIRA, A. U.](#) A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831>. Acesso em: 28 maio. 2021.

[PAULINO, E. T.](#) **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

[SAQUET, M. A.](#) **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma nova concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

[TAUSSIG, M.](#) **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo: UNESP, 2010.

[TONET, I.](#) **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

[VEIGA, J. E.](#) Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 333-353, 2006.